26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: A INTENSIFICAÇÃO DO PERTENCIMENTO REPRESENTACIONAL A PARTIR DA PRESENÇA TERRITORIAL CULTURAL

COMMUNITY ARCHIVES: *THE INTENSIFICATION OF REPRESENTATIONAL BELONGING BASED ON CULTURAL TERRITORIAL PRESENCE*

Bruno Henrique Machado – Universidade Federal do Rio Grande /(FURG)
Ana Laura Bonini Rodrigues de Souza – Universidade Estadual Paulista /(UNESP) – Campus Marília
Rafael Aparecido Moron Semidão – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os Arquivos Comunitários têm figurado como elemento propício à aproximação dos serviços arquivísticos a grupos sociais cuja identidade cultural sofre injustiças estruturais, incluindo a sua não representação em termos informacionais institucionais. Buscando oferecer uma concepção de Arquivos Comunitários que contemple o chamado pertencimento representacional, o qual favorece o protagonismo dos grupos junto a seus arquivos, articulamos, em reflexões de cunho básico, qualitativo e exploratório, noções advindas da Arquivologia/Ciência da Informação e dos Estudos Culturais para delinear uma proposta de concepção. A proposta buscou coadunar o conhecimento e a conscientização dos problemas (aporias) sociais dos grupos que configuram a comunidade dos arquivos e a noção de presença territorial cultural, com suas implicações para identidade e pertencimento, como forma de intensificar o pertencimento representacional. No interior dessa perspectiva, vinculamos à presença territorial cultural aspectos metodológicos, com foco específico nas potencialidades das micro-histórias e levando em conta a acepção de interseccionalidade. Consideramos que a proposta ainda requer investigação de teor aplicado e com abrangência das funções arquivísticas que se valem de elementos categoriais e linguísticos de representação, como a classificação e a descrição.
Palavras-chave: arquivos comunitários; perspectiva aporética; presença territorial; estudos culturais; Ciência da Informação.

Abstract: Community Archives have emerged as a suitable element for bringing archival services closer to social groups whose cultural identity suffers structural injustices, including their underrepresentation in institutional informational terms. Seeking to offer a conception of Community Archives that contemplates so-called representational belonging, which favors the protagonism of groups in relation to their archives, we articulated, in basic, qualitative, and exploratory reflections, notions from Archival Science/Information Science and Cultural Studies to outline a proposed conception. The proposal sought to combine knowledge and awareness of the social problems (aporias) of the groups that make up the Archive Community with the notion of cultural territorial presence, with its implications for identity and belonging, as a way to intensify representational belonging. Within this perspective, we linked methodological aspects to cultural territorial presence, with a specific focus on the potential of micro-histories and taking into account the concept of intersectionality. We consider that the proposal still requires applied research covering archival functions that rely on categorical and linguistic elements of representation, such as archival classification and description.
Keywords: community archives; aporetic perspective; territorial presence; cultural studies; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar este trabalho buscamos explicitar o lugar epistemológico desde o qual alocamos o argumento. Nesse sentido, destacamos a intenção de contribuir cientificamente com a área da Ciência da Informação, partindo de um núcleo arquivístico, de maneira interdisciplinar e dialogando com os Estudos Culturais, na busca por estabelecer reflexões teóricas que envolvem a noção de Arquivos Comunitários. Nesse contexto, deseja-se colaborar com os caminhos já percorridos por Nogueira e Gracioso (2023), Alencar, Cervantes e Barité (202); e Pinto e Siqueira (2024) entre outros (as/es)[1], na esteira comum marcada pela perspectivação dos traços que delineiam a noção de Arquivos Comunitários.

Nessa linha, os Arquivos Comunitários são mais que meros repositórios ou estoques informacionais, são espaços de resistência, de construção identitária e de exercício da cidadania, formando um núcleo favorável em que "[...] eles também iluminam práticas insurgentes de definição e preservação de patrimônios coletivos, que vão além da dicotomia público ou privado" (Pinto; Siqueira, 2024, p. 2). Decorrente disso, emerge uma nova maneira de pensar e desempenhar a Arquivologia, em perspectiva ampla e social, contemplativa, e que não se limita aos espaços tradicionais. Acerca disso, é possível observar alguns indícios já

[1] Enfatizamos (as/es) entre parênteses com o propósito de frisar a presença de mulheres e pessoas que não se identificam na binaridade dos gêneros masculino e feminino, nas pesquisas científicas, na Ciência.

presentes nas obras de Terry Cook[2] (1947- 2014) e no postulado de que os "[...] documentos e arquivos não são substitutos do mundo real e sim representações estabelecidas do que pessoas, comunidades e a sociedade acham importante lembrar e fazer lembrar [...]" (Thomassen, 2006, p. 15).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir teoricamente como a abordagem do construto formado pela união das noções de território em termos culturais e de problemas (aporias) sociais, presente nos estudos culturais, pode contribuir com a noção de Arquivos Comunitários, no sentido de uma intensificação da proximidade dos serviços arquivísticos às comunidades, em um pertencimento representacional.

Dessa maneira, buscamos articular o argumento em uma proposta de concepção de Arquivos Comunitários tomando a presença territorial como fator aglutinante em torno de problemas sociais. Sob esse prisma, a urdidura de noções que conduz à síntese da proposta se inicia com uma narrativa a respeito dos problema sociais, seguida por um percorrido reflexivo que ressalta aspectos imbricados na concepção cultural de território. Essa perspectiva busca estabelecer pontos de contato que permitam melhor delinear os vínculos de união e de pertencimento para, por sua vez, intensificar a representação cultural[3].

2 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E OS PROBLEMAS SOCIAIS DAS COMUNIDADES

A definição de Arquivos Comunitários é ampla e pode englobar diversos interesses, a partir da compreensão que se tenha a respeito do termo comunidade, o qual pode se referir "[...] a uma comunidade como um grupo que se define com base na **localidade**, cultura, fé, origem ou outra identidade ou interesse compartilhado" (Flinn, 2007, p. 153, tradução nossa, grifo nosso). De modo mais específico, pode-se afirmar que:

> Sem prejuízo da finalidade arquivística de salvaguardar a memória e disseminar informações, com o objetivo de ouvir e registrar diferentes vozes e para fins de reparação histórica, os Arquivos Comunitários abrangem diversos aspectos: comunidade, **valor do lugar**, identidade, práticas independentes, autonomia, valorização da memória de diferentes grupos sociais, justiça social, documentação para salvaguardar, decolonialidade, poder e política, movimentos sociais, entre outros (Nogueira; Gracioso, 2023, p. 361, tradução nossa, grifo nosso).

[2] COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

[3] Compreende-se representação cultural, em consonância com Chartier (1988), como sendo um processo de movimentações de ações e reações sociais e, também, nos termos da teorização de Souza (2026), a qual enfatiza: o que individualiza cada ser, também é culturalmente construído.

Isto posto, a noção de Arquivos Comunitários englobaria, como contraparte arquivística, o quadro de "[...] atividades de base de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário, nas quais a participação, o controle e a apropriação do projeto pela comunidade são essenciais [...]" (Flinn, 2007, p. 153, tradução nossa).

Com efeito, no sentido das consequências da atuação dos Arquivos Comunitários, toma-se como pressuposto que "[...] os arquivos comunitários podem ter um importante impacto epistemológico, ontológico e social sobre os membros de comunidades marginalizadas [...]" (Caswell; Cifur; Ramirez, 2016, p. 4, tradução nossa). Além de disso, eles também podem alcançar impactos positivos equivalentes a se obter um favorável e suficiente "pertencimento representacional" (Caswell; Cifur; Ramirez, 2016, p. 4, tradução nossa) dos grupos que formam a comunidade que configuraria o Arquivo Comunitário, de modo a se entender o pertencimento representacional como

> As maneiras pelas quais os arquivos comunitários empoderam pessoas marginalizadas pelos principais meios de comunicação e instituições de memória, conferindo-lhes autonomia e autoridade para estabelecer, vivenciar e refletir sobre sua presença de maneiras complexas, significativas, substanciais e positivas para elas em uma variedade de contextos simbólicos (Caswell; Cifur; Ramirez, 2016, p. 4, tradução nossa).

Tomando como foco o atributo caracterizador localidade como elemento distintivo para a noção de Arquivos Comunitários, recorremos a Peruzzo e Volpato (2009), os quais argumentam que localidade não significa apenas um aspecto geográfico-territorial, mas também elementos de ordem de cultura, de história, linguística e política. Assim, não existem territórios imutáveis, ou seja, todos têm contornos flexíveis. O mesmo sentido é apresentado pelas ideias de Santos (2014), ao afirmar que os elementos fixos e fixados em cada lugar permitem ações que modificam o próprio lugar, com fluxos novos recriando as condições sociais e redefinido cada lugar. Nesse sentido, o espaço possibilita a presença de características peculiares, evoca sentimento a partir de intensidade histórica, hábitos e linguagem.

Ao se investigar o papel social dos territórios, é preciso destacar também a relação entre o poder e as hierarquias sociais atuantes em diversas esferas de injustiça, ampliando o diálogo com a interseccionalidade.

O referido conceito foi cunhado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (Crenshaw, 2012), como sendo a possibilidade de identificação das discriminações quando estas operam conjuntamente, "[...] abordando diferenças dentro da diferença [...]" (Crenshaw, 2012, p. 10).

Collins (2022), por sua vez, utiliza a metáfora de um campo de futebol localizado em uma colina para ilustrar como as estruturas sociais organizam as diferenças de raça/etnia/cor, classe, gêneros, gerações, entre tantas intersecções.

Nessa analogia, o time posicionado na parte mais baixa do campo enfrenta maiores dificuldades para marcar gols, precisando ser excepcionalmente habilidoso para alcançar o mesmo resultado que seus adversários.

A autora emprega essa imagem para evidenciar as desigualdades estruturais que atravessam diferentes grupos sociais, destacando como exemplo que homens e mulheres experienciam o racismo de maneiras distintas, assim como "[...] mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas [...], sendo que [...] a interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual [...]" (Collins, 2022, p. 29).

No Brasil, a teórica Carla Akotirene (2019, p. 97) aduz que "[...] a interseccionalidade descarta análises competitivas de quem sofreu primeiro, ajuda a enxergar as opressões e o reconhecimento de que algumas são mais dolorosas que outras, mas não deixam de ser opressões [...]". Assim, tais opressões se emaranham às construções identitárias, construindo hierarquias de poderes que perduram contemporaneamente em variadas perspectivas, envolvendo aspectos sociais, culturais e documentais.

As mencionadas intersecções também são envoltas de opressões coloniais. Desse modo, neste trabalho, compreende-se colonialidade como sendo um mecanismo de controle de corpos e mentes; um fenômeno amplo que, em concordância com Lugones (2020, p. 57),

> [...] não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos de sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade.

Em diálogo com o conceito de identidade, envolvendo-o em perspectivas coloniais e interseccionais, caberia trazer para o diálogo Munanga (2004, p. 15), o qual enfatiza a "formação de identidade nacional do Brasil", ressaltando aspectos vinculados à eugenia.

A referida eugenia, em sentido de branqueamento da sociedade brasileira, objetivou o apagamento de pessoas que não fossem brancas, identidades negras e de povos originários brasileiros. Porém, o referido projeto eugenista colonial não aconteceu por completo, pluralizando a sociedade brasileira com pessoas miscigenadas.

Assim, em consonância com Souza (2026), a idealização de um Brasil branco ainda se perpetua na contemporaneidade, não apenas por meio dos padrões de beleza, mas de diversos valores socialmente valorizados, incluindo a própria Academia em suas relações histórico-culturais. Dessa maneira, aquilo que é frequentemente associado ao sucesso, à competência, ao prestígio e à beleza tende a se aproximar dos referenciais de branquitude, evidenciando a persistência dos chamados privilégios da branquitude. Sobre o conceito de branquitude, Schucman (2012, p. 122), o apresenta como sendo:

> [...] um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras situações cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade.

E um fato que demonstra a contemporaneidade do ideal do branqueamento é abordado por Munanga (2004, p. 16) quando explica que "[...] As dificuldades dos movimentos negros em mobilizar todos os negros e mestiços em torno de uma única identidade "negra" viriam do fato de que não conseguiram destruir até hoje o ideal do branqueamento [...]".

Desse modo, dentro dessa cultura hierarquizada de maneira opressiva, há o silêncio como mantenedor de negação da opressão existente contra o poder colonial consolidado.

Acerca do conceito de silenciamento, seria oportuno trazer à baila as seguintes linhas Kilomba (2019, p. 33):

> Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açucar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas, sua principal função era implementar

> um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Nesse sentido a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “outras/os”: quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?

Então, o silenciamento como um símbolo do colonialismo como um todo, contemporaneamente, permanece nas relações sociais; e especificamente no campo acadêmico, onde torna-se violento e opressivo.

Dessa maneira, compreendendo o silenciamento como uma das expressões do colonialismo, é possível afirmar que seus efeitos permanecem presentes nas relações sociais contemporâneas. No campo acadêmico, em particular, esse processo pode assumir formas de violência simbólica e opressão, ao restringir a visibilidade e a legitimidade de determinadas pessoas, saberes e experiências. Esse fenômeno também atravessa a área da Ciência da Informação, especialmente no âmbito científico e social dos arquivos, uma vez que os processos de produção, seleção, organização, preservação e acesso aos documentos não são neutros. Historicamente, os arquivos têm privilegiado determinadas narrativas e grupos sociais em detrimento de outros, contribuindo para a invisibilização de pessoas e de suas vozes, que foram e são marginalizadas. Desse modo, os silenciamentos arquivísticos, com históricos opressivos coloniais, refletem e reproduzem desigualdades sociais mais amplas, tornando os arquivos espaços fundamentais para a compreensão das relações de poder que permeiam a construção da memória e do conhecimento.

Daí a importância da valorização dos Arquivos Comunitários, na perspectiva da possibilidade de estudos científicos e da intensificação de visibilidades, científicas, sociais e culturais, tendo como ponto de partida o povo. Com a noção de povo, buscamos significar pessoas comuns, que por séculos (coloniais) tiveram suas memórias minimizadas perante histórias oficiais, histórias essas pertencentes à grupos sociais de grande poderio econômico e/ou simbólicos sociais (Burke, 2005).

2.1 PRESENÇA TERRITORIAL CULTURAL COMO CONFIGURAÇÃO DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

O campo de atuação dos Arquivo Comunitários reivindica ações mais participativas nas próprias comunidades, considerando-a como produtora e guardiã de sua própria memória. Além do elemento memorial, seria preciso estabelecer o protagonismo das comunidades

também sobre os aspectos idiossincráticos que emanam do seu território, compreendendo território não como espaço físico apenas, mas como uma construção moldada por poderes políticos, econômicos e social, conforme Reis (2005).

Importa enfatizar que pensar o conceito de território em diálogo com os arquivos, e em específico com os comunitários, demanda uma compreensão do espaço físico para além do próprio espaço, abrangendo lugares, identidades e micro-histórias, sob a clave de vivências do cotidiano de pessoas comuns. A esse respeito, "os arquivos comunitários se consolidam como espaços de reivindicação, afeto e encontro" (Berbesi, 2026, p. 2).

Sobre o conceito de identidade, também imbricado na noção de Arquivos Comunitários, Hall (2006), ressalta três concepções, as quais são estipuladas como: sujeito do iluminismo (voltada para a individualidade do ser racional e masculino); sociológico (que abrange interações sociais e culturais), sendo que para essa concepção o "[...] sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem [...]" (Hall, 2006, p. 11). E a terceira concepção, denominada pós-moderna, é explicada por Hall (2006) como demarcando as fragmentações das identidades, ou seja, uma pessoa possuindo várias identidades que muitas vezes podem ser contraditórias ou ainda não resolvidas. Dessa maneira, esta terceira concepção de identidade pode ser definida historicamente como:

> [...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão continuamente sendo deslocadas [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente [...] (Hall, 2006, p. 13).

Na perspectiva de Hall (2006), ademais, as identidades são sempre abertas pela presença e foco nas diferenças, as quais possuem consequências na política, chegando à identidade cultural moderna, englobando pertencimentos de cultura nacional e processos de deslocamentos dessas identidades que também se aliam à globalização (Souza, 2026).

Sobre o conceito de Lugar, Leite (1998) o enfatiza como sendo fruto de experiência humana que envolve afetividade, para além do espaço físico, nos seguintes termos:

> No entanto, essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses pré-determinados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade. Como afirma Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas (Leite, 1998, p. 10).

Desse modo, o diálogo das identidades com as micro-histórias e o lugar, estaria intimamente relacionado com as histórias "vistas de baixo" (Thompson, 1992), as quais dão ênfase para memórias individuais, que também podem ser coletivas e que foram minimizadas ante histórias oficiais (poderes econômicos, políticos ou sociais). Nessa linha, a mesma circunstância estaria em consonância com Burke (2005), o qual propõe as micro-histórias como as "[...] experiências concretas, individuais ou locais, [reingressem] na história" (Burke, 2005, p. 61).

Nessa mesma direção, Souza (2026), em sua Tese, enfatiza que as micro-histórias ganham visibilidade na abordagem da perspectiva metodológica da História Oral, a qual permite reflexões para com a perspectiva dos Arquivos Comunitários.

Assim, em acordo com Nogueira e Gracioso (2023) os Arquivos Comunitários transversalizariam com a comunidade elementos como valor local, identidade, valorização da memória de diferentes grupos sociais, justiça social entre outros.

Dessa maneira, as micro-histórias, com as possibilidades de reingresso na história, conforme Burke (2005), e marcadas territorialmente, neste trabalho são pensados como sendo uma ressignificação da própria história, já que não é possível o resgate do que ficou/vivenciou-se no passado e, além disso, não é possível estabelecer a sua inserção no que foi apagado. Por conseguinte, compreende-se que as "[...] experiências concretas, individuais ou locais [...]" (Burke, 2005, p. 43), em diálogo com os arquivos comunitários são possibilidades de ressignificações sociais e culturais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como uma reflexão teórica pautada em atributos relacionados a estudo de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios, sendo que busca gerar novos conhecimentos sobre o tema, sem, necessariamente, propor sua consequente aplicação prática, intentando proporcionar maior familiaridade com as proposições feitas sobre o objeto de estudo, buscando torná-las explícitas e, dessa forma, aptas a serem discutíveis.

De modo mais concreto, basicamente buscamos sugerir uma proposta de concepção acerca dos Arquivos Comunitários que coadune dois níveis de aproximação dos serviços arquivísticos às comunidades abrangidas no âmbito dos Arquivos Comunitários. Para tanto, articulamos noções oriundas da literatura da área da Arquivologia e dos Estudos Culturais, em um esforço de síntese. Nessa esteira, tomamos algumas noções conceituais a respeito dos Arquivos Comunitários, estabelecendo uma linha de pensamento que os compreendem como serviços prestados à promoção das comunidades que lhes são próprias. Tais serviços teriam como objetivo alcançar o chamado "pertencimento representacional" (Caswell; Cifur; Ramirez, 2016, p. 4). Como forma de articulação dos referidos dois níveis de aproximação dos serviços às comunidades, parte-se da dinâmica representacional de teorias críticas (Martínez-Ávila; Semidão; Ferreira, 2016), especificamente acerca da noção de aporia, conforme exposto abaixo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir deste ponto buscamos articular o argumento com os tópicos apresentados nas seções anteriores em uma síntese compreensiva que visa formar uma proposta de concepção dos Arquivos Comunitários tomando a presença territorial como fator aglutinante em torno de problemas sociais.

De início, a articulação toma as noções de Arquivo Comunitário (Alencar; Cervantes; Barité, 2023; Caswell; Cifur; Ramirez, 2016; Flinn, 2007; Nogueira; Gracioso, 2023; Pinto; Siqueira, 2024) por uma matriz que compreende os Arquivos Comunitários como serviços que promovem o protagonismo de grupos em termos de reinvindicação por justiça, direitos, memória, identidade, linguagem própria e outros elementos que oportunizam a livre presença e atuação dos mesmos na sociedade. Tais serviços, ademais, alcançariam seus efeitos mediante o estabelecimento de um "pertencimento representacional" (Caswell; Cifur; Ramirez, 2016, p. 4), um estado de coisas favorável, cujos resultados, em uma perspectiva arquivística, "empoderam pessoas marginalizadas pelos principais meios de comunicação e instituições de memória" (Caswell; Cifur; Ramirez, 2016, p. 4).

Tomando como pressuposto que para se alcançar um pertencimento representativo com serviços mais contextualizados, com uma representatividade que alce a comunidade ao patamar de protagonista, seria preciso estabelecer uma proximidade mais intensa com grupos que formam as comunidades. Diante disso, infere-se que seria preciso estabelecer pontos de

contato que permitam melhor delinear os vínculos de união e de pertencimento para, por sua vez, intensificar a representação.

Dessa forma, já buscando traçar o primeiro nível da proposta, empresta-se, à guisa de analogia explicativa, uma noção oferecida por Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016) no contexto da busca por esclarecer a dinâmica representacional das teorias críticas no âmbito da Organização do Conhecimento (especificamente quanto à classificação bibliográfica), introduzindo-a neste contexto de investigação acerca do pertencimento representacional em Arquivos Comunitários. Segundo os autores mencionados,

> A dinâmica subjacente à estrutura metodológica das teorias críticas pode começar com a descoberta de um problema, depois com a busca de escolas de pensamento teórico que criem uma estrutura para apoiar uma resposta antitética à opção apresentada pelo sistema universal e, finalmente, com a proposição de uma resposta que sintetize os elementos éticos, teóricos e de classificação (Martínez-Ávila; Semidão; Ferreira, 2016, p.122, tradução nossa).

Conforme visto, a referida dinâmica se inicia pela percepção de um problema (aporia) relacionado aos grupos a serem representados. Em seguida, visando a melhor representação em resposta ao problema, recorre-se a aportes teóricos (no caso dos autores mencionados, advindos da teoria crítica) que nutram a perspectiva dos responsáveis pela representação, aumentando neles a consciência a respeito dos problemas e propiciando uma resposta que coadune elementos éticos, teóricos e próprios do serviço representacional prestado (naquele contexto a classificação bibliográfica).

Trazendo essa noção às finalidades do presente argumento, objetivando estabelecer um primeiro nível de proximidade aos grupos para intensificar o pertencimento representacional, propomos uma perspectiva aporética, "'aporia':" aspecto problemático" (Martínez-Ávila; Semidão; Ferreira, 2016, p. 122, tradução nossa), como forma de primeiro buscar conhecer e se conscientizar sobre os problemas sociais partilhados pelas pessoas que formam os grupos.

Considerando como problemas sociais os vários tipos de injustiça sofridos (alguns dos quais mencionamos em seções anteriores), propomos os mesmos como um fator relevante de aglutinação em comunidades, dada a presença partilhada de dor semelhante, que requer lutas e "reinvindicações" (Semidão, 2019) que podem reunir consciências e obter dos serviços arquivísticos um auxílio na direção do protagonismo da comunidade em seus próprios termos de atuação social.

Em um segundo e principal nível da proposta, sugerimos a noção de presença territorial como forma de maior proximidade dos serviços à comunidade.

Nessa linha, retomando a compreensão de que a presença geográfico-territorial não se restringe a elementos físicos e espaciais, mas que envolve tópicos de cultura, de história, linguística e política; permitindo a circulação e a vivência de características peculiares, recordando sentimentos próprios de familiaridades e de vizinhanças, em uma esteira comum que aglutina a partir de narrativas formadas em torno de história, hábitos e linguagem específica.

Decorrente disso, é possível inferir que a presença territorial também tem forte teor de aglutinação em termos de identidade e de pertencimento, formando um espaço cultural onde micro-histórias podem, favorável e livremente se urdir, coordenando mais apropriadamente os serviços arquivísticos.

Dessa maneira, compreendemos a presença territorial ou, melhor dizendo, a presença territorialmente marcada, pode contribuir com o delineamento da comunidade e a intensificação da proximidade dos serviços arquivísticos com ela.

A partir do trabalho com as micro-histórias, em termos de "[...] documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário [...]" (Flinn, 2007, p. 153, tradução nossa), a identidade e o sentimento de pertencimento podem ser mais adequadamente representados e, dessa forma, oferecer base para as lutas e reinvindicações.

Sintetizando, neste ponto, a proposta que gostaríamos de sugerir, a noção final formada a partir das reflexões feitas propõe como objetivo dos serviços arquivísticos a serem postos em marcha no contexto dos Arquivos Comunitários o alcançar um patamar suficiente de pertencimento representacional.

Para alcançar esse objetivo, seria preciso alcançar uma maior proximidade dos grupos que formam a comunidade. Para isso, propomos que seria necessário delinear os traços que aglutinam as pessoas na comunidade.

Em um primeiro nível sugerimos a perspectiva aporética, com o conhecimento e a conscientização dos problemas sociais partilhados pelos grupos. Em um segundo nível, gostaríamos de propor a noção de presença territorial cultural como elemento mais forte de aglutinação e, por conseguinte, de intensificação da proximidade, principalmente a partir do trabalho com as micro-histórias.

Articulando os dois níveis sugeridos, infere-se que a presença territorial aliada a perspectiva aporética tem potencial a aproximar mais intimamente os serviços arquivísticos das comunidades. Inclusive, a própria questão da interseccionalidade, entendida como diferentes problemas e injustiças sofridas por um mesmo grupo social, poderia ser melhor abrangida tomando o território como fator de união para as iniciativas reivindicatórias, pois pode unir pessoas cujas injustiças sofridas são partilhadas, por serem sofridas nas condições e sob as causas presentes em um mesmo território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos oferecer uma proposta de concepção de Arquivos Comunitários que melhor aproxime os serviços arquivísticos das comunidades. Para tanto, partir da intensificação do chamado pertencimento representacional, articulamos noções advindas da literatura arquivística e dos estudos culturais, objetivando sintetizar elementos na linha da articulação de uma perspectiva aporética e a abordagem territorial em termos culturais como meios para se alcançar um patamar favorável de proximidade e de representação.

Consideramos, ao final, que ainda seria necessário estabelecer uma abordagem que aplique a proposta em um contexto concreto, em que haja uma convergência de problemas (injustiças, discriminações, entre outros) e um território culturalmente demarcado.

Também reconhecemos a necessidade futura de se refletir sobre a aplicação das funções e procedimentos arquivísticos, especialmente aqueles que envolvem a representação em termos categoriais e linguísticos-discursivos, como a classificação e a descrição contextualizados aos termos da proposta. Também consideramos necessário pensar a proposta abrangendo a abordagem da relação direito público e privado, e também, quem sabe, considerar a proposição de uma possível proveniência territorial – aporética.

De qualquer forma, gostaríamos de oferecer a presente proposta à apreciação da comunidade interessada no tema dos Arquivos Comunitários.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas A&B**: Arquivos e Bibliotecas, [*s. l.*],

n. 19, 2023. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13166. Acesso em: 05 nov. 2026.

BERBESI, Anderson. Arquivos comunitários sem comunidades: uma reflexão a partir da periferia. **OFFICINA**: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-7, 2026. Disponível em: https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/172. Acesso em: 21 jun. 2026.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika; RAMIREZ, Mario H. "To suddenly discover yourself existing": uncovering the impact of community archives. **The American Archivist**, [S. l.], v. 79, n. 1, p. 1-38, 2016. DOI**:** 10.17723/0360-9081.79.1.56. Acesso em: 29 out. 2026.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

FLINN, Andrew. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [*s. l.*], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. Diponível em: https://doi.org/10.1080/00379810701611936. Acesso em: 29 out. 2026h

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/6197. Acesso em: 05 nov. 2026.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SEMIDÃO, Rafael; FERREIRA, Marcio. Methodological aspects of critical theories in knowledge organization. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 43, n. 2, p. 118-125, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/3f7f3f73-a294-4a2a-94cb-9f9f649a18bf. Acesso em: 05 nov. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, Fernanda Parolo de Matos; GRACIOSO, Luciana de Souza. Arquivos comunitários no contexto do meio técnico-científico-informacional: agentes de globalização solidária e inovação decolonial. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52, n. 1, 2023.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, [S. l.], n. 24, 2009. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/508/0. Acesso em: 2 jun. 2026.

REIS, José. **Uma epistemologia do território**. Coimbra: Oficina do CES, n. 226, 2005. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/. Acesso em: 29 out. 2026.

SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron. **Abordagens teóricas de organização do conhecimento**: uma análise a partir do CSKOL da ISKO. 2019. [S. l.]: Universidade Estadual Paulista, 21 mar. 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/372d2aa3-1297-4224-95a1-249e5796d110/content. Acesso em: 5 jun. 2026.

SOUZA, Ana Laura Bonini Rodrigues de. **O processo histórico de opressão de professoras negras**: uma história sobre representações culturais de mulheres docentes e a branquitude no ensino superior brasileiro (1988-2016). [S. l.]: Universidade Estadual Paulista, 27 fev. 2026. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/319953. Acesso em: 3 jun. 2026.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006. Disponível em: https://arquivologia.net.br/publicacao/uma-primeira-introducao-a-arquivologia/. Acesso em: 05 nov. 2026.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.